



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ª SL

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência do Diretor Geral do SICAD, Dr. João Goulão, (por videoconferência) , para apresentação do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência» e do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Álcool», relativos a 2019, ao abrigo do disposto no artigo 70.º-A do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 45/96, de 3 de setembro.
2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.ª - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Para Idosos (ERPI)»;
3. Outros assuntos.

1. Audiência do Diretor Geral do SICAD, Dr. João Goulão, (por videoconferência) , para apresentação do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência» e do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Álcool», relativos a 2019, ao abrigo do disposto no artigo 70.º-A do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 45/96, de 3 de setembro.

Estiveram presentes, por videoconferência, o Diretor Geral do SICAD, Dr. João Goulão e o Subdiretor-Geral do SICAD, Dr. Manuel Cardoso.

Aberta a reunião pelo Vice-Presidente, Deputado Alberto Machado, que presidiu à mesma, foi dada a palavra ao Dr. João Goulão que procedeu à apresentação e contextualização do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência» e do «Relatório Anual - A Situação do País em Matéria de Álcool», relativos ao ano de 2019, descrevendo, em suma, a situação dos consumos de substâncias aditivas nas diversas faixas etárias da população, os objetivos das políticas de sensibilização e limitação do acesso e dos consumos de substâncias aditivas e a resposta às necessidades terapêuticas e sociais decorrentes desses mesmos consumos, frisando que os presentes Relatórios ainda não abrangem a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.º SL

problemática dos consumos ligados ou decorrentes da presente situação pandémica. Notou igualmente o aumento de visitas internacionais que têm sido feitas, para avaliar e conhecer o modelo nacional de política de combate às adições.

Passada a palavra ao Dr. Manuel Cardoso, o mesmo discorreu sobre as estatísticas e os números relacionados com o consumo de substâncias aditivas contidos nos Relatórios, notando que, no geral, durante o ciclo dos anos 2013-2020, tem havido uma evolução positiva nos padrões de consumo, constatando-se contudo uma redução da perceção dos riscos associados ao consumo dessas substâncias, sobretudo junto dos mais jovens, porque há mais disponibilidade de álcool e drogas no mercado. Notou igualmente que houve um aumento do número de mortes relacionadas com droga, nomeadamente por overdose, bem como aumentou o consumo de álcool em certos grupos etários. Frisou também a necessidade de uma política interdependente, sustentável e coerente, para que se possa fazer face a situações ligadas ao consumo das substâncias aditivas.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados: Elza Pais, que recordou os objetivos que estiveram por detrás do presente modelo de prevenção e tratamento de dependências, tendo questionado sobre o impacto da presente pandemia de COVID-19 nos consumos; Susana Correia, que questionou sobre a necessidade de gizar novas estratégias, face a outros comportamentos aditivos, como sejam os jogos de azar; Rui Cristina, que questionou sobre a necessidade de quebrar e inverter a tendência de aumento de consumos e ainda sobre qual o balanço feito acerca da disponibilização de marijuana para uso terapêutico; Moisés Ferreira, que inquiriu sobre os impactos da COVID nos padrões de consumo e no combate às dependências e qual o balanço feito às iniciativas de consumo vigiado e resposta a emergências levadas a cabo em Lisboa; João Dias, que notou a falta de recursos humanos nas estruturas terapêuticas e questionou sobre as necessidades em termos de prevenção de consumos, o acesso às consultas de acompanhamento dos comportamentos aditivos e que ilações devem ser tiradas do aumento de óbitos por overdose; Ana Rita Bessa, que questionou sobre as boas práticas a seguir no tratamento de casos de adição e minimização de risco de comportamentos aditivos e quais as perspetivas do SICAD para o novo ciclo que se avizinha; Bebiana Cunha, que questionou sobre o funcionamento da sala de consumo assistido no Porto, o acompanhamento do consumo entre os jovens e qual o caminho a seguir para diminuir o consumo precoce de substâncias aditivas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ª SL

O Diretor-Geral do SICAD respondeu às questões colocadas, notando que faz falta um serviço articulado que possa dar resposta às necessidades preventivas, terapêuticas e de inserção social, referindo que a tendência recente de aumento de consumo não é um problema exclusivo de Portugal, o mesmo se passando em vários países da Europa. Descreveu os padrões de consumo como um reflexo do momento que a sociedade está a viver, o atual estado dos padrões de consumo, as consequências da pandemia a nível de acompanhamento das respostas terapêuticas e de prevenção, salientando a maior partilha e troca de informações entre as entidades envolvidas, avaliou como positiva as experiências de consumo assistido, apelou à necessidade de serem analisados e abordados outros comportamentos aditivos como os jogos de azar, alertou para o facto de ser necessário atualizar o valor pago às comunidades terapêuticas por cada internamento, o que não é feito desde há longos anos, e referiu que a legalização do consumo de canábis para fins terapêuticos não levou a uma redução do uso da mesma.

O Presidente em exercício agradeceu a disponibilidade de ambos, mais acrescentando que se tratou de uma apresentação muito esclarecedora e elucidativa.

2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.ª - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Para Idosos (ERPI)»;

A Deputada Helga Correia apresentou o PJR n.º 814/XIV/2.ª, referindo que a questão da vacinação da população idosa preocupa muito o PSD, considerando fundamental que se proceda a um levantamento exaustivo para que ninguém fique para trás. Nesse sentido, o PSD recomenda ao Governo que recolha informação sobre os Estabelecimentos Residenciais para Idosos (ERPI) junto das corporações de bombeiros e autarquias locais com vista à possibilitar a vacinação das pessoas aí residentes, que crie um endereço eletrónico, partilhado pelos Ministérios do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e da Saúde (MS), para recolha desta informação, que deve ser remetida mensalmente ao Parlamento e ainda que crie um corpo especializado para posteriormente ajudar à legalização das instituições em situação irregular.

A Deputada Sónia Fertuzinhos disse partilhar as preocupações com a vacinação das pessoas idosas, mas que a situação tem sido, desde o início da pandemia, objeto de acompanhamento pelos MTSS e MS, nunca se tendo feito distinção, para efeitos de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.º SL

vacinação, entre utentes e profissionais de lares legais e ilegais, como também o não faz o Plano de Vacinação. Deu conta que a legislação tem vindo a simplificar procedimentos, relativamente ao funcionamento destas estruturas residenciais, estando a ser feitos esforços pelo Governo, com recurso a parceiros locais, para que o levantamento seja o mais exaustivo possível. Rejeita assim os considerandos do PJR que referem a inação do Governo e um pedido de legalização, pois os lares ilegais não podem ser tratados todos da mesma forma (uns são ilegais por razões formais, outros porque não tratam condignamente os utentes).

O Deputado Moisés Ferreira frisou que o BE não quer que os lares ilegais fiquem fora da vacinação e defende que sejam tomadas as medidas necessárias para que todos sejam abrangidos. Considera também que as razões que levam a que um lar seja ilegal podem ser muito diferentes e o que é importante é que nenhum utente ou profissional destas estruturas seja prejudicado. Sabe que esta questão já foi discutida na CTSS, que tem propostas, estando disponível para as discutir, mas não para a legalização que é referida, que pode efetivamente servir para baixar os critérios nestas instituições, o que não pode ser.

O Deputado João Dias entende que a vacina é um avanço e que tudo deve ser feito para a disponibilizar a todos, em especial aos mais frágeis. Dentro dos grupos prioritários existem subgrupos, cabendo às autoridades de saúde a sua definição. Os utentes e profissionais não podem deixar de ser prioritários pelo facto de o lar ser ilegal, mas pensa que a dificuldade no acesso à vacina resulta não da identificação de quem o deve ser, mas da falta de vacinas. Considera relevante a preocupação constante deste PJR.

A Deputada Ana Rita Bessa enfatizou que o principal é o acesso à vacinação por parte das pessoas idosas, mais vulneráveis, sendo que, para além dos idosos dos lares ilegais, existem ainda os idosos que estão nas suas residências e também precisam de acesso. Considera que a resolução desta questão tem dois momentos, um primeiro em que é preciso vacinar todos, sendo necessário chegar a todo o lado, não vendo que haja um problema de enquadramento, mas de execução. Num segundo momento haverá que resolver a situação dos lares ilegais. A validade deste PJR é tentar agilizar o acesso às vacinas por parte dos idosos em lares, sendo que lembraria também os idosos que estão nas suas residências.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Sónia Fertuzinhos acrescentou que a legislação prevê já uma autorização provisória de funcionamento dos lares e ainda que os idosos sozinhos não são desconhecidos, pois existe um programa, o «*Censos Sénior*», em que a GNR os identifica em todo o território nacional.

A Deputada Helga Correia insistiu em que nenhum idoso pode ficar para trás, reiterando que a preocupação do PSD é o bem-estar dos idosos. Há muitos lares que não se sabe onde estão e só localmente é possível fazer esse levantamento. Retira da discussão que o Governo tem feito tudo o que é possível fazer, mas é necessário fazer mais.

Concluída a discussão, a Informação relativa a este debate será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

3. Outros assuntos.

O Presidente em exercício informou os Deputados presentes sobre a alteração da composição da Comissão, com a entrada da Deputada Cristina de Jesus, em substituição do Deputado José Rui Cruz, do Grupo Parlamentar do PS. Deu conta de que foi solicitada, pela CAE, a elaboração de Relatório sobre a iniciativa europeia COM (2020) 849, relativa «a um quadro comum para a utilização, a validação e reconhecimento mútuo dos testes rápidos de deteção de antigénios para a COVID-19 na UE», que, de acordo com a grelha de distribuição, cabe ao PS. Este Relatório deverá ser discutido e votado na reunião de 3 de fevereiro, ficando o PS de indicar o seu Relator. Mais informou que se aguarda confirmação do Secretário de Estado Adjunto da Saúde, António Lacerda Sales, para a audição agendada para a reunião do próximo dia 3 de fevereiro, sobre os atestados médicos de incapacidade multiuso. O Deputado António Maló de Abreu referiu ser oportuno ouvir com urgência a Comissão Técnica de Vacinação e lembrou que a Comissão aprovou a audição, com carácter mensal, do Coordenador da «Task Force» para o Plano de Vacinação contra a Covid-19, Dr. Francisco Ramos, propondo que se realize no próximo dia 3 de fevereiro, o que foi aceite por todos.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 12:54 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 28 janeiro 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(ALBERTO MACHADO)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIV/ 2.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Álvaro Almeida
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
André Ventura
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Cláudia Bento
Cristina Jesus
Hortense Martins
Joana Lima
José Manuel Pureza
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Alves
Ricardo Baptista Leite
Rui Cristina
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Susana Correia
Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

